

Tribuna do Editor

Fernando Gonçalves

A tragédia da ausência de uma alternativa de governação

O Parlamento é o local por excelência, onde em sociedades democráticas e livres se faz política. É onde as forças políticas eleitas para tal espalham a sua visão do país desejado, onde a oposição em particular exerce o seu legítimo papel de vigilância sobre o governo do dia, onde os governantes se sentem no seu maior desafio.

É por isso absolutamente inaceitável que aqueles que receberam o mandato do povo para servirem de ponte entre este e o governo, que são pagos por fundos públicos precisamente para exercerem esse papel, e que pelo seu estatuto gozam de uma infinidade de regalias pagas pelo povo, se sintam justificados na ideia

de que os seus argumentos, em nome dos seus eleitores, ganham maior validade e legitimidade boicotando os trabalhos da mesma instituição pela presença na qual eles ganham o seu pão.

A inaceitabilidade desta noção absurda torna-se ainda mais premente quando a sessão em questão é aquela única em que todos os anos o Chefe de Estado,

neste caso a única figura eleita pelo voto popular, se dirige à nação para a prestação de contas pelo seu trabalho. Trabalho este, o qual deve ser escrutinado pelo povo, através dos seus representantes no Parlamento.

É por isso que a Renamo se deve retrair perante o seu inaceitável comportamento na última Segunda Feira, quando em bloco optou por estar ausente da sessão do Parlamento em que o Presidente da República deu o seu informe sobre o Estado da Nação. Parlamentares são eleitos para fiscalizarem a acção do governo. E esta fiscalização faz-se ao nível do Parlamento, mesmo que os números não sejam suficientemente relevantes para fazer valer o voto.

É possível que a Renamo entenda que ao agir daquela forma terá diminuído a Frelimo, o seu maior opositor, e

porque não melhor humilhando o seu próprio Presidente. Mas o ponto é que para aqueles milhões de moçambicanos que votaram nela para os representar no Parlamento, a Renamo desautorizou-se da legitimidade de futuramente vir a questionar o governo com base neste informe. Se alguém se abstém de beber água não pode se queixar de que tem sede.

Quem semeia ventos colhe tempestades, diz um velho ditado. Que a Renamo não venha depois fazer o grito da fraude se parte dos seus eleitores decidirem que querem experimentar uma outra forma de fazer política, mesmo na oposição.

Não é a primeira vez que a Renamo tenta sabotar o bom funcionamento do Parlamento. Há cerca de duas semanas, apresentou um pedido de suspensão das actividades daquele

órgão de soberania, alegando que alguns dos seus membros estariam a participar no congresso do partido em Nampula. O congresso não se realizou, e a Renamo sabia perfeitamente que o mesmo não teria lugar. Foi uma semana que a acção legislativa ficou suspensa, coisa a que o Parlamento não se pode dar ao luxo de fazer nesta fase do fim do seu mandato.

Se parlamentares podem ter este tipo de comportamento irresponsável, que se reduz num acto deliberado de esbanjamento de recursos, que poder moral terão eles de exigir do executivo políticas de gestão prudente do nosso dinheiro. Na verdade, poucos os levarão à sério.

Tudo isto é trágico para um país onde as pessoas estão tão desesperadas à procura de uma alternativa de governação.

Mukanda de Luanda 7

Por João Melo

A construção da democracia

Tenho afirmado muitas vezes, em diferentes ocasiões, que a cultura autoritária é ainda muito forte em Angola, por razões históricas e objectivas. O caldo autoritário nacional provém de três raízes: a cultura autocrática "tradicional" (ou seja, rural), o colonial-fascismo e o modelo marxista-leninista adoptado nos primeiros 16 anos de independência. Esse problema não tem partidos: atravessa horizontalmente toda a sociedade; a rigor, começa no interior dos lares.

A construção da democracia angolana tem de ser entendida, pois, como um processo. Afinal, e parafraseando o mais do que manjado alorismo, Roma e Pavia não se fizeram num dia. Uma corrida de obstáculos – eis a imagem que me ocorre para representar esse processo. Precise-se: uma corrida de fundo.

A seguir, procurarei abordar, de maneira aleatória e resumida, seis obstáculos que, na minha opinião, é preciso superar para a edificação de uma genuína e responsável cultura democrática em Angola.

O primeiro é a tendência para a personalização. Isso tem dois aspectos: por um lado, toda e qualquer crítica é considerada pelos visados (ou pelos seus próximos) como um ataque pessoal; por outro lado, muitas críticas possuem, realmente, uma motivação pessoal, que roça muitas vezes o preconceito boçal (em regra, quando os seus autores são incapazes de formular argumentos a favor das suas teses).

O segundo é a teoria da conspiração. Há ainda muita gente que vive no clima pré-nos 90 do século passado e

vê "inimigos" em todo o lado. Destacam-se, entre nós, certos consultores de comunicação mandados vir do estrangeiro e que, nos seus relatórios semanais, levantam hipóteses estapafúrdias acerca de "conspirações" que só existem na sua cabeça.

O facciosismo é o terceiro obstáculo. De facto, ainda é excessivamente frequente ajuizar e valorizar as opiniões conforme a "cor", em especial partidária, mas não só (também de grupo, por exemplo), dos seus autores. A opinião dos "nossos" é considerada sempre válida, enquanto a dos "outros" é desqualificada ab initio.

Uma variante do facciosismo é o corporativismo. Esse é o quarto obstáculo a ultrapassar para a construção de uma verdadeira cultura democrática entre nós. Os jornalistas de carteirinha que me desculpem, mas essa classe – que tem um papel crucial na edificação da democracia em qualquer sociedade – é uma das mais afectadas pelo espírito corporativista.

O quinto obstáculo é a dependência dos cidadãos, individualmente ou organizados, das macro-estruturas sociais (Estado, partidos, etc.). Isso merece um estudo sociológico aprofundado, que, como é óbvio, não cabe aqui. Mencionarei apenas, entre as várias causas dessa dependência, a estrutura salarial predominantemente quer no Estado quer em muitas empresas (salário de base reduzido, compensado com subsídios e regalias), assim como a relação clientelar entre a maioria das empresas e o Estado.

Esses dois factores – sem

esquecer, claro, as complicações e jogos de interesses, que, como em qualquer outra sociedade, também existem entre nós – limitam a autonomia e a capacidade crítica dos cidadãos, incluindo a desse importante segmento da sociedade civil, que são os empresários. Por isso, a reacção de alguns deles às recentes medidas económicas do governo pode ser vista como um sinal de que, contrariando os mais cépticos, a construção da democracia em Angola está a avançar.

Entim, o sexto obstáculo que não posso deixar de referir é o recurso ao anonimato para proferir e defender opiniões. Na maioria dos casos, isso serve apenas para acobertar ataques soezes e mesquinhos, intrigas, insultos, calúnias e difamações, ou seja, verdadeiras agressões que, em nome da democracia, a pervertem completamente ou mesmo impossibilitam. O principal exemplo dessa tendência são muitos sites e blogs que pululam por aí (não todos, claro). Ao qual se pode também acrescentar o abuso de pseudónimos (ressalvemos os identificados) a que se assiste no jornalismo angolano.

É sabido que o uso de pseudónimos é uma prática universal e antiga. Mas eu penso que, nesta fase, e tratando-se sobretudo de opiniões políticas ou afins, a estratégia mais construtiva e pedagógica para ajudar a criar uma cultura democrática responsável entre nós é escrever (ou falar) e assinar em baixo (ou, como neste caso, em cima).



Fungulamasso

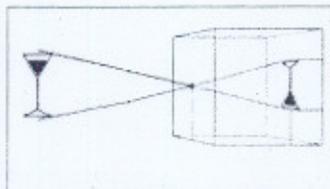
Carlos Serra

127

Email: carlos@zebra.uem.mz

Portal: <http://www.oficinadesociologia.blogspot.com>

O papão "nigeriano" que deixa vermes nas mulheres em Maputo (3)



Lenda urbana, boato ou rumor é "um relato anónimo, breve, com múltiplas variantes, de conteúdo surpreendente, contado como verdadeiro e recente num meio social do qual exprime de maneira simbólica os medos e as aspirações" (in Renard, Jean-Bruno, *Rumeurs et légendes urbaines*, Paris: PUF, 2006, 3.ª ed., p. 5).

Mais um pouco da série. Estamos, então, confrontados com a fantástica história do nigeriano verminador e anunciador da morte das vítimas femininas, usuário de carros de luxo de cor negra, história que, de acordo com um editorial do "Público", já circulava no Soweto (África do Sul) em Dezembro do ano passado (edição de 08/06/09, p. 5).

Devemos concentrar a atenção no fenómeno em si e deixá-lo depois na caixa de lixo das histórias sem consequências? De forma nenhuma. Precisamos encontrar

uma teoria que "mostre o rumor como revelador de uma estrutura, que reenvie o extraordinário para o ordinário, que detecte no epidémico o endémico". Para isso, para encontrarmos uma teoria vermicida, temos de ver no rumor do nigeriano verminador a estrutura de uma câmara escura singular, ao mesmo tempo invertendo a realidade e revelando-a. O rumor conta uma história falsa para sublinhar um problema e uma inquietação reais.

A superfície dessa história remete-nos para o inverosímil: na hora do orgasmo, um estranho homem estrangeiro - o nigeriano (há muitos Nigerianos em Maputo, como há Burundeses, Zimbabwanos, Chineses, etc.) - larga vermes nos órgãos sexuais das mulheres vitimadas por suas armadilhas, vermes especiais que se alimentam de fígado que é preciso comprar. E como se isso não bastasse, as vítimas irão morrer. Há por aí gente prisioneira da história e do medo, refém do papão estrangeiro. Lógica: o que parece, é.

Mas a história tem, à sua retaguarda, componentes sociais importantes que permitem compreender a natureza do rumor, rumor que assume a estrutura de um pesadelo, de um mau sonho. Isso farei no próximo número.

*Nota: palavras extraídas de um livro de Edgar Morin.

(continua)